

## Rupturas do pensamento feminista negro: autodefinição, consciência política e ética social

Ceila Sales de Almeida<sup>1</sup>

### Resumo

As mulheres negras, dentro do processo de epistemicídio colonial, foram excluídas e invisibilizadas, enquanto produtoras de epistemologias e saberes, especialmente, no universo acadêmico-científico. Mas, mesmo diante das opressões interseccionais impostas pelas ideologias racistas e patriarcais, elas construíram um pensamento específico, coletivo, político, voltado a superação das negações de direitos e opressões, a partir da autodefinição e empoderamento coletivo. No Brasil, o pensamento feminista negro atuou, desde o início da dominação colonial, construindo resistências, teorias e lutas. A partir desse contexto, o presente artigo tem como problema principal abordar rupturas do pensamento feminista negro, a partir das categorias de análise da autodefinição, consciência política e ética social. Como objetivo específico, aborda o pensamento feminista negro, as categorias analíticas teóricas de autodefinição e empoderamento, e seus reflexos na efetivação de cidadania às mulheres negras, e por fim, o pensamento teórico-social de Lélia Gonzalez, símbolo de importantes rupturas do feminismo negro. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica qualitativa, aforreferenciada. Trata-se de um tema com relevância teórica e social, uma vez que, apresenta um pensamento acadêmico-científico em um viés decolonial, bem como, fundamentos para a construção de práticas antirracistas e antissexistas.

Palavras-chave: reconhecimento; interseccionalidade; gênero; raça; ativismo.

### 1. Introdução

A trajetória das mulheres negras nas Américas, desde o início da exploração colonial portuguesa, foi pautada pela imbricação das opressões racistas, classistas e patriarcais. A partir dos marcadores sociais de gênero, raça e classe, as mulheres negras enfrentaram as negações sistêmicas de direitos, construindo uma diversificada trajetória de lutas e conquistas sociais. Como bem preceituou Abdias do Nascimento (1980), onde houve violência, houve resistência.

Essa trajetória, entretanto, foi durante um longo período, invisibilizada pelo epistemicídio eurocêntrico, que, como bem nos afirma Sueli Carneiro, se constitui em um instrumento de dominação étnica e racial, pela negação, dos grupos dominados, enquanto sujeitos de conhecimentos. O projeto de colonização implementado pelos portugueses no Brasil, não só suprimiu a liberdade física das mulheres negras, mas lhes negou, em condições de cidadania social, o lugar de ativistas, pensadoras, intelectuais e construtoras de protagonismo social, forjando uma narrativa histórica de submissão, inferioridade intelectual e ausência de consciência política (Carneiro, 2005).

---

<sup>1</sup> Doutora em Estado e Sociedade pela Universidade Federal do Sul da Bahia; Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória – FDV. E-mail: ceilasales7@gmail.com

É visando superar essa narrativa racista, patriarcal e colonial, forjada pelo epistemicídio eurocêntrico que desenvolvo o presente artigo, cujo escopo basilar é analisar a importância do pensamento feminista negro de Lélia Gonzalez como instrumento de enfrentamento ao epistemicídio colonial, por meio da construção de práticas antirracistas e antissexistas.

Como objetivos específicos a presente pesquisa aborda, a partir da concepção epistemológica feminista negra, as categorias de autodefinição, empoderamento coletivo e ética social. Discorre ainda, sobre a luta por reconhecimento e diferença das mulheres negra, e sua relevância para o movimento feminista negro no Brasil. E por fim, apresenta o pensamento teórico e social da intelectual ativista, Lélia Gonzalez.

A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica qualitativa aforreferenciada, pautada, em pensadoras e pensadores afrodiáspóricos, especialmente, a feminista negra brasileira Lélia Gonzalez e a estadunidense Patrícia Hill Collins. A escolha metodológica, se apresenta como prática antirracista frente ao epistemicídio, e as práticas de invisibilizações das produções intelectuais das mulheres negras.

## **2. Pensamento Feminista Negro: teoria, ativismos e política de empoderamento**

O pensamento feminista negro é um conjunto de ideias, teorias, demandas e ativismos, representado pelas construções intelectuais, teóricas, políticas e sociais, das mulheres negras, visando o enfrentamento às opressões e violências, oriundas das interseccionalidades racistas, sexistas e classistas, produzidas pelo colonialismo nas américas (Almeida, 2020). A interseccionalidade, de acordo com o pensamento de Kimberlé Crenshaw (2002), se efetiva a partir de discriminações sobrepostas, que se entrecruzam e afetam de forma específica, os grupos e coletividades, se que situam nessas imbricações “As discriminações racial e de gênero procuram por mulheres na interseção e as compactam e impactam diretamente” (Crenshaw, p.12. 2002).

Lélia Gonzales também ressaltava a importância de se compreender a luta de direitos das mulheres negras a partir da concepção interseccional, do duplo fenômeno do racismo e sexismo. E preceituava que “O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo” (Gonzales, p.224. 1984).

As mulheres negras, diante das negações sistêmicas de direitos e condições de cidadania social, produziram pensamentos específicos, próprios, voltados a superação das desigualdades sociais, e aptos a construção de uma autodefinição e empoderamento político

coletivo (Collins, 2019). Vivências específicas, impõe resistências peculiares ao sistema de opressões existente, e assim, as mulheres negras, se insurgiram as tentativas de dominação, através do ativismo teórico e social dos feminismos negros.

Trata-se de um pensamento e conhecimento desenvolvido, a partir do ponto de vista das mulheres negras, suas experiências e vivências, bem como, pautado em diferentes respostas, frente aos problemas científicos, econômicos e sociais vividos. O grupo mulheres negras, não é homogêneo, uma vez que, diferentes fatores marcam suas experiências individuais e formação da identidade. Como nos afirma, Patrícia Hill Collins “Em vez disso, pode ser mais correto dizer que existe um ponto de vista coletivo das mulheres negras, caracterizado pelas tensões geradas por respostas diferentes a desafios comuns” (Collins, 2019. p.73).

Enquanto resposta às opressões coloniais, não se apresenta como um instrumento meramente teórico, mas pode assumir diferentes formas de expressão, a exemplo, da música, poesia, dança, religião, produção acadêmico-científica, entre outros, e seu propósito é se opor as injustiças culturais e sociais, historicamente, impostas as mulheres negras e outras categorias socialmente vulneráveis (Collins, 2019). O pensamento feminista negro não é só teoria, nem só ativismo, não é só emoção, nem só razão, se perfaz em um lugar de imbricações, rupturas e insurgências, postura necessária, para enfrentar o sistema estrutural de negações de direitos da prevalente na sociedade brasileira.

Apesar do intenso ativismo em prol de direitos e garantias fundamentais, a trajetória de luta do feminismo negro foi invisibilizada e/ou estigmatizada pelo pensamento eurocêntrico dominante:

A invisibilização das mulheres negras e de nossas ideias – não apenas nos Estados Unidos, mas, na África, no Caribe, na América do Sul, na Europa e em outros lugares onde vivem mulheres negras – tem sido decisiva para a manutenção de desigualdades sociais (COLLINS, 2019. p. 32).

O pensamento eurocêntrico, utilizou a prática do epistemicídio como uma de suas estratégias de controle e dominação, e construiu uma narrativa fundamentada na superioridade masculina branca, em face da inferioridade e submissão, das mulheres negras, e de outras coletividades. Sueli Carneiro (2019), ressalta que além da negação e invisibilização dos saberes e epistemologias negras, o epistemicídio perpetrado pelo colonialismo europeu, produziu a indignação cultural e social dos negros no Brasil, através da negação de direitos fundamentais, indispensáveis ao exercício da cidadania, a exemplo da educação, moradia, entre outros.

Corroborando com esse entendimento, Hill Collins (2019) afirma que a negação de direitos, especialmente, civis, políticos e sociais, tais como educação, foi uma das dimensões, utilizadas pelo sistema colonialista, para a exploração das mulheres negras e fundamentação da estrutura social racista e patriarcal.

A feminista francesa Françoise Vergès (2020), em sua obra - O feminismo decolonial, ressalta ainda, que o epistemicídio eurocêntrico se apropriou de conhecimentos e saberes dos povos colonizados, negando a posição dos povos africanos e afrodiaspóricos, enquanto produtores de conhecimento, em uma prática que a autora denomina de roubo justificado. O epistemicídio e as práticas de roubo justificado (Vergés, 2020) negaram aos povos africanos e afrodiaspóricos, o lugar de produtores de ciências, epistemologias e saberes, mas, ao mesmo tempo, se apropriou de muitas dessas ideias e pensamentos, assumindo o pioneirismo e protagonismo em sua construção.

Em sua obra – Unidade cultural da África negra, Cheikh Anta Diop (2014), enfatiza a importância do Kemet (antigo Egito) e seus pensadores, para a produção de saberes filosóficos, matemáticos, entre outras áreas, tendo sido, o continente africano, o berço para a formação de muitos pensadores ocidentais. Esse protagonismo, porém, foi ocultado pelo eurocentrismo, que se intitulou, como supremo detentor, do conhecimento científico e filosófico.

Visando superar o epistemicídio eurocêntrico, e apresentar respostas diante das violências racistas e sexistas vivenciadas, as mulheres negras, constroem um pensamento apto a produzir consciência política e empoderamento coletivo, a partir de um lugar social específico, e de um lugar de fala interseccional. O lugar em que nos situamos socialmente, determina a nossa dupla interpretação sobre o fenômeno do racismo e do sexismo (Gonzales, 1984). Com base no pensamento de Lélia Gonzalez é possível compreender que o lugar social do pesquisador, influencia a forma como ele analisa os fenômenos sociais, objetos e sujeitos pesquisados, impactando nos resultados e respostas apresentadas.

O pensamento feminista negro reivindica o reconhecimento do protagonismo intelectual, político e social das mulheres negras, como produtoras de saberes, realizando assim uma ruptura em relação às epistemologias de base eurocêntrica. Como bem preceitua Nilma Lino Gomes: “A entrada dos “diferentes” como produtores de ciência e a chegada dos ex-objetos ao mundo da pesquisa acadêmica configuram um novo campo de tensão epistemológica e política” (Gomes, 2009, p.434).

O pensamento feminista negro, é pautado em uma concepção social. Trata-se de um pensamento coletivo comprometido com a alteração das estruturas injustas e desiguais, ainda

predominantes na sociedade brasileira, cujas bases são racistas e patriarcais. Tem como uma de suas metas principais, servir de instrumento de empoderamento às mulheres negras, em seus diferentes lugares e espaços sociais, criando mecanismos para fortalecer o seu autorrespeito, autorreconhecimento, reafirmando os seus valores culturais, em especial, aqueles oriundos da herança africana e afro-brasileira, uma vez, que são eles os mais atingidos pelas políticas de epistemicídio e estigmatização racial.

O termo empoderamento tem sido cooptado pelo mercado de consumo, e utilizado, em uma visão distorcida, como instrumento de manutenção do *status quo* dos grupos dominantes. Faz-se importante, então, ressaltar que o empoderamento a que me refiro, tem como fundamento teórico o pensamento feminista negro (Collins, 2019).

O empoderamento feminino é um processo de conquista da autonomia por parte das mulheres em face da opressão imposta pelo patriarcado, trata-se de um instrumento, um meio e um fim em si mesmo, uma busca por liberdade e controle sobre o corpo, enfim a própria vida. Empoderamento é “poder para” e não “poder sobre”, portanto, está relacionado a capacidade de se fazer algo, construção de autonomia, tomar decisões, um ato autorreflexivo, de dentro para fora (Sandenberg, 2022).

Sandenberg (2006), apresenta ainda como objetivos do empoderamento feminino: questionar a ideologia patriarcal; transformar as instituições que reforçam as desigualdades de gênero; criar condições para ampliar o acesso das mulheres pobres a recursos materiais informacionais, humanos e sociais, que as possibilitem conhecer e tomar decisões diretamente, exercitando a autonomia e autodeterminação.

A luta social das mulheres negras, enquanto dimensão de política de empoderamento coletivo, apresenta um efeito libertador:

Desenvolver a consciência crítica para compreender o sentido das ideologias hegemônicas é empoderador. Reconhecer que não precisamos acreditar em tudo que nos é dito e ensinado é libertador para muitas mulheres negras... Assim, a segunda dimensão do empoderamento no interior do domínio hegemônico do poder consiste na construção de novos conhecimentos (COLLINS, 2019, p. 451).

Ao se pautar em um pensamento que dá ênfase a autodefinição e autodeterminação, os pensamentos e ativismos das mulheres negras, ressaltam a importância do conhecimento enquanto política de empoderamento. Para alcançar esse fim, buscam transformar a maneira como as mulheres e os homens, pensam as relações de poder injustas (Collins, 2019). Negando a posição de inferioridade e subordinação imposta pela ideologia racista e patriarcal, as mulheres negras se autodefinem, buscam compreender suas subjetividades e lutas, a partir da história e memória de seus antepassados.

Além de ter objetivos e propósitos específicos, voltados a alteração das estruturas de poder desiguais, o pensamento feminista negro é pautado em características que também divergem daquelas predominantes nas epistemologias de base eurocêntrica. Entre elas, destaco aqui a produção de pesquisas e conhecimentos, fundamentadas pela ética do cuidado e a valorização das experiências vividas pelos sujeitos que fazem parte da pesquisa.

A questão ética aparece assim, como questão central na produção de conhecimento, das mulheres negras, como nos afirma Mercedes Velascos:

A questão ética é colocada no centro da produção de conhecimento, a partir do reconhecimento de que todo conhecimento está carregado de valor. Não cabe assim, uma distância objetiva em relação a realidade investigada, nem a ruptura binária entre intelecto e emoção, que o pensamento eurocêntrico suscita. Ao contrário, o conhecimento deverá ser testado pela presença de empatia e moções (VELASCOS, 2012. p.35).

Toda produção de conhecimento traz em si valores, não há mais, como sustentar a ideia positivista de neutralidade científica. O pensamento feminista assim, faz uma tomada consciente de decisão, reconhecendo a importância da ética social, do cuidado, dos valores, superando as divisões binárias entre, sujeito e objeto de pesquisa, razão e emoção.

A ética do cuidar, é construída com a presença de sentimentos e emoções nos diálogos, visa falar com o coração, compreender que os sujeitos envolvidos na pesquisa são únicos, dotados de singularidades individuais, e portanto, desenvolver laços de empatia e respeito. Reafirmando esse pensamento, Patrícia Hill Collins, dispõe que “A emoção indica que um falante acredita na validade de um argumento” (Collins, 2019. p.421). Outra característica importante é a ética da responsabilidade pessoal. As pessoas não devem apenas desenvolver reivindicações de conhecimento, mas também se mostrar responsáveis em relação a essas reivindicações (Collins, 2019).

O desenvolvimento de um pensamento a partir do ponto de vista das mulheres negras contribui para o empoderamento do grupo e permite uma ação coletiva apta a produzir transformações nas estruturas sociais, possibilitando assim a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Como se pode compreender, a partir das ideias apresentadas, o pensamento feminista negro, possui características e objetivos próprios. Em sentido amplo, desde a grande diáspora negra do Atlântico, ele se manifesta, enquanto forma de resistência e luta das mulheres negras, em sentido restrito, porém, seu desenvolvimento, se efetiva, dentro de um contexto maior de luta por reconhecimento.

## **2.1. Luta por reconhecimento e política de autodefinição**

A luta por reconhecimento, enquanto gramática moral dos conflitos sociais (HONNETH, 2003), surge em um amplo contexto de reivindicação, do respeito a diferença, por parte de grupos e coletividades, historicamente, alijados do processo de cidadania cultural e social. Pauta-se na consciência de que não basta a proteção ao patrimônio material e econômico dos indivíduos, é preciso reconhecer e proteger o patrimônio imaterial e espiritual, dos diferentes grupos que compõe a sociedade, que precisam estar inseridos, em condição de dignidade e cidadania plena (Almeida, 2022).

A luta por reconhecimento busca compreender os conflitos morais dos indivíduos, a partir das ações coletivas, em contextos de lutas sociais pautadas em objetivos comuns. Estas demandas são impulsionadas pelo desejo dos atores sociais de se verem reconhecidos nas diferentes esferas que compõem a sociedade (Honneth, 2003).

O desejo e a luta por reconhecimento dos grupos sociais, é voltada a correção das injustiças culturais, e pauta-se na ideia, de que, para além das injustiças econômicas e materiais, alguns grupos e coletividades sofrem injustiças, de caráter cultural, que afetam sua autoestima, autorrealização, relações intersubjetivas, impedem a formação livre das identidades, e acabam, fundamentando as injustiças econômicas e sociais (Almeida, 2020).

Ampliando as demandas sociais para além das questões econômicas de redistribuição, as lutas por reconhecimento, se intensificaram no final do século XX, e se tornaram a principal bandeira de reivindicações de muitos movimentos sociais, especialmente, nas pautas de raça, etnia, sexualidade, entre outras (Honneth, 2003). A diferença, antes instrumento de negação sistêmica de direitos se transforma em arcabouço teórico, político e social, para fundamentar as demandas por cidadania, aos grupos socialmente, vulneráveis.

Lutar pelo reconhecimento cultural, econômico e social em uma sociedade, é reivindicar o direito a diferença em um *status* de isonomia social. As instituições democráticas e sociais, devem ser aptas a possibilitar, que os diferentes grupos e coletividades que componha a sociedade, convivam, sem que seus atributos identitários, atuem como instrumento de hierarquização, desigualdades e opressões (Almeida, 2020).

Ainda hoje no Brasil, causa estranhamento e descontentamento, em alguns setores da sociedade, a reivindicação de reconhecimento e do direito a diferença, por parte de grupos e minorias sociais, tais como, negros, povos originários, ciganos, mulheres negras, entre outros. Trata-se da narrativa de universalização pautada no discurso da história única, utilizados como estratégia de dominação, pelo epistemicídio colonial.

Toda a vez que se universaliza, precisa-se escolher um modelo e colocá-lo como padrão, e esse modelo, será o do grupo que detém o controle hegemônico. Essa narrativa,

apaga e invisibiliza todos os “outros” grupos, suas histórias e memórias, impedindo ou dificultando, a formação livre de suas identidades (Almeida, 2020).

A autora nigeriana, Chimamanda Ngozi Adchie (2009), nos alerta sobre o perigo da história única e suas consequências para os diferentes sujeitos sociais:

É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: nkali. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior do que outro”. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de nkali: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito do poder (ADCHIE, 2009. p.12).

A história única é contada, a partir do ponto de vista, dos grupos que detém o poder e controlam as discursividades, representam visões monolíticas, que apagam e invisibilizam, as trajetórias e os personagens sociais, que possam representar um perigo a hegemonia e ideias dominantes. Importante ressaltar que a “diferença”, hoje rechaçada por alguns setores sociais, foi o fundamento para a justificação da dominação e controle dos povos colonizados, pois a constituição dos “outros”, os inferiores, os diferentes, justificou a exploração, escravização e o extermínio de milhões de seres humanos.

Nesse sentido o pensamento feminista negro visa a produção de um espírito de agência pelas mulheres negras, o autorreconhecimento, autorrealização, independência, autoestima, valores aptos a enfrentar as opressões interseccionais, e alterar as estruturas sociais (COLLINS, 2019).

Ângela Davis (2017), na Conferência “Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo”, apresentada no auditório da UFBA, ressaltou a importância e o protagonismo do pensamento feminista negro brasileiro, enfatizando a importância de ativistas e intelectuais, a exemplo de Lélia Gonzalez.

É com o objetivo de construir epistemologias antirracistas e antissexistas, que apresento uma breve trajetória da história de vida e ativismos de Lélia Gonzalez, uma intelectual negra, imprescindível, para a construção da agência de mulheres e homens negros em nosso país, cujo pensamento influenciou e influenciou, lutas e conquistas por direitos em nosso país.

## **2.2. Lélia Gonzáles: teorias, ativismos e conquistas de direitos interseccionais**

Lélia Gonzalez nasceu em 1 de fevereiro de 1935, filha de Acácio Joaquim de Almeida e Urcinda Serafim de Almeida, pai negro e ferroviário e mãe indígena e empregada doméstica. Fez graduação em história e filosofia pela UEG (Universidade do Estado da Guanabara), atual Universidade Estadual do Rio de Janeiro, seguindo a carreira de professora

universitária. Para se adaptar e ser aceita em um ambiente acadêmico, branco e elitista, Lélia se utilizou da ideologia do branqueamento, negando os atributos identitários da negritude (Barreto, 2005).

A ideologia do branqueamento, como afirma a própria Gonzalez, reproduz e perpetua a crença de que os valores ocidentais, brancos e patriarcais, são superiores e universais, e de que é necessário relegar ao ostracismo e à escuridão “o outro”, inferior, objeto de dominação. Dessa forma o desejo de limpar o sangue, de embranquecer é internalizado, levando a negação da própria raça e cultura (Gonzalez, 1988).

Lélia casou-se com um colega do curso de filosofia, Luiz Carlos Gonzalez, descrito por ela como um branco sofrido. O casamento, que durou 2 anos, não era aceito pela família branca do marido e terminou tragicamente com o suicídio de Luiz Carlos, resultante das dificuldades da relação familiar. Esse acontecimento fez Lélia rever sua postura diante da ideologia do branqueamento culminando com a busca da construção e reafirmação de sua identidade enquanto mulher negra (Barreto, 2005).

Após a morte trágica de seu marido, passou a participar de discussões acerca de questões raciais, buscando compreender as formas de atuação do racismo e os aspectos que estavam incutidos na ideologia do branqueamento e no mito da democracia racial no Brasil. Luiza Bairro destaca a influência de suas experiências pessoais na sua compreensão sobre as violências provocadas pela ideologia do branqueamento, “Além disto, enfatizava, talvez em consequência de sua experiência pessoal, que o branqueamento é um dos obstáculos maiores a serem vencidos, se quisermos, enquanto negros, efetivamente mudar a cara do país” (Bairros, 2000. p.3).

Na década de 1970, incentivados pelo cenário mundial de luta pelos direitos civis dos negros americanos e a luta por independência dos países colonizados na África, o movimento negro começa a se rearticular no país. Ativistas negros de vários estados brasileiros, em especial, Rio de Janeiro e São Paulo criam em 18 de junho de 1978 o Movimento Negro unificado (MNU) inaugurando uma importante fase da luta antirracista contemporânea (Bairros, 2000).

As mulheres negras tiveram participação ativa na criação e desenvolvimento do MNU, a exemplo de Lélia Gonzalez que foi uma de suas principais fundadoras. Elas debatiam temas relativos a gênero, raça e questionavam o branqueamento do homem negro por meio do casamento com mulheres brancas, a natalidade, o trabalho doméstico, entre outros temas interseccionais (Gonzalez, 1982).

Lélia Gonzalez afirma ter iniciado suas inquietações e reivindicações de uma pauta das mulheres, dentro da militância do MNU, “Foi a partir da convivência com essas irmãs, já no Movimento Negro Unificado, que passei a me preocupar e trabalhar com a nossa própria especificidade” (1992, p. 36). Ela exerceu um papel importante nos debates acerca de racismo e sexismo no movimento negro contemporâneo, seu discurso exuberante, instigava a nova militância. A partir de uma série de palestras realizadas no final da década de 1970 em Salvador intituladas “Noventas anos de abolição: uma reflexão crítica” os discursos de Lélia incentivaram a criação do Grupo Nêgo, núcleo que mais tarde deu origem ao MNU da Bahia (Bairros, 2000. p.2).

Ainda como membro da Comissão Executiva Nacional do MNU, candidatou-se ao cargo de deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores/PT no Rio de Janeiro, em 1982. Esse fato levou ao afastamento de Lélia do MNU, uma vez que o movimento à época não concebia que os membros da executiva almejassem cargos políticos. Mais tarde entusiasmada pela agenda de enfrentamento ao racismo do PDT e pelos discursos políticos de Leonel Brizola, ainda que julgasse algumas de suas ações equivocadas, filiou-se ao PDT em 1986, saindo candidata a deputada estadual (Bairros, 2000).

A sua campanha a deputada federal marcou pela diversidade da plataforma política, contemplando as demandas de luta dos negros, homossexuais, indígenas e outras minorias sociais. Embora não tenha sido eleita, obteve uma votação expressiva para uma mulher negra, naquele momento específico da história do país:

Os que participaram da primeira campanha eleitoral de Lélia falam do entusiasmo que tomava conta de seu comitê, da procura de formas novas de levar a plataforma política ao povo negro, às mulheres e aos homossexuais. Ousando na maneira de praticar a política em tempo de eleições, as caminhadas de campanha eleitoral eram pontilhadas por flores amarelas em homenagem a Oxum e, não raro, ao invés de falar em comícios, Lélia cantava sambas por achar que os compositores negros melhor interpretam os sentimentos e as expectativas do crioulo, como ela costumava dizer (BAIROS, 2000, p.5).

Em seu ativismo, atuou tanto no movimento negro, como no movimento feminista, apresentando críticas e desconstruções, frente a atuação de ambos os movimentos. A sua produção científica é marcada por uma série de rupturas no que se refere aos textos, contextos e análises. Entre as suas principais contribuições merecem destaques o estudo acerca da mulher negra em uma dimensão mais ampla no que concerne as relações de gênero, raça e classe, sua pesquisa sobre as manifestações do racismo no Brasil com a criação do conceito de amefricanidade, as críticas ao mito da democracia racial, entre outros temas relevantes, que por vezes foram analisados por meio do contexto da psicanálise e de seus expoentes.

Em suas pesquisas expôs as nuances da ideologia racista e suas formas de dominação, desconstruindo os alicerces do discurso de democracia e harmonia racial, denunciando as violências que permearam as relações entre homens brancos e mulheres negras e indígenas (Barreto, 2005). A atuação da Lélia no âmbito internacional também foi marcante, mesmo em plena ditadura militar ela conseguiu viajar a países africanos, em especial Angola, além dos Estados Unidos e países da Europa, participando de encontros e discussões acerca do racismo e dos efeitos da diáspora africana em um contexto colonial (Bairros, 2000), cunhando o conceito de amefricanidade, para compreender a realidade dos povos africanos nas Américas.

Amefricanidade é uma categoria criada para tentar suplantar a ideia de um imperialismo americano, presente em termos tais como, afro-americano, que não contempla a América do Sul e o Caribe, mas apenas os negros norte-americanos, ignorando outras realidades existentes no processo da diáspora africana.

Esse termo busca, para além de ampliar a extensão geográfica, compreender os processos de luta e resistência dos povos africanos nas Américas, e em que medida essa complexa relação forjou uma identidade étnica (Gonzales, 1998). Amefricanidade é uma experiência histórica comum aos africanos oriundos da diáspora nas Américas, que embora pertençam a diferentes povos e culturas, vivenciou um mesmo sistema de dominação.

As mulheres negras se apresentam como porta-vozes da amefricanidade, símbolos de resistência e luta, frente as ideologias racistas e sexistas no Brasil, presentes e ativas em todos os movimentos de luta de que se tem notícia, cuja atuação, foi imprescindível ao surgimento de grupos amefricanos organizados da década de 1980. Elas formaram diversos grupos e coletivos de mulheres negras, tais como, Nzinga, Grupo de Mulheres Negras do RJ, Coletivo de Mulheres Negras de SP, Grupo de Mulheres Negras Mãe Andreza no Maranhão, entre outros, provocando o debate racial nas análises feministas (Gonzales, 1988).

Embora se definisse como feminista e tenha produzido um amplo estudo sobre a mulher negra e as opressões sexistas no país, Lélia também fez uma crítica ao feminismo enquanto teoria e prática, atribuindo a muitas feministas uma falta de comprometimento com as questões raciais. Sobre essa perspectiva, Luiza Bairro afirmava que a Lélia via o movimento feminista como um movimento que representava as mulheres brancas, e que a viam como criadora de caso (Bairros, 2000).

Afirmava ainda que o preconceito e a racialização do trabalho, enquanto forma de inferiorização e estigmatização das mulheres negras, foi muito útil às mulheres brancas, o que pode ter justificado o silêncio e omissão das feministas. Suas posturas teóricas e políticas

provocavam polêmicas, uma vez que buscavam desconstruir cânones do pensamento acadêmico (Bairros, 200).

As posturas políticas e teóricas de Lélia Gonzalez foram sempre marcantes, e sem dúvida, desconstruíram a ideia de separação entre teoria e militância, no que concerne a luta antirracista e sexista no país. Grande intelectual e uma ativista apaixonada, suas obras são marcadas por rupturas e por traços peculiares, uma linguagem provocativa e questionadora das hierarquias semânticas, uma construção crítica e inovadora acerca das relações de gênero, raça e classe historicamente produzidas no Brasil.

A característica de teórica/ativista se encaixa perfeitamente a história de vida e obra de Lélia Gonzalez, uma mulher negra que encontrou o seu lugar de fala e se utilizou dele com grande maestria para construir um pensamento crítico, literário e social, voltado a desconstrução das opressões racistas e sexistas. Luiza Bairros em seu texto “Lembrando Lélia Gonzáles” descreve o encantamento que sua presença causava nos militantes do movimento negro, o comportamento ousado, a risada de corpo inteiro, o linguajar popular, salpicado de expressões acadêmicas, que tornavam mais acessível a compreensão de termos científicos e epistemológicos (Bairros, 2000).

Toda a amplitude e grandiosidade do pensamento de Lélia, é permeado pelo encontro de sua intelectualidade e militância, em uma interrelação simbiótica, na qual, enquanto mulher negra, construiu a sua identidade em um encontro complexo e plural entre o universo acadêmico e a pulsar do movimento negro nas ruas.

Desse encontro surgiu uma intelectual/ativista ou ativista/intelectual com ideias inovadoras e um linguajar próprio, que causou estranhamento e críticas no mundo acadêmico e surpresas entre a militância:

Uma das grandes ferramentas usada por Lélia na construção das suas ideias foi apropriação que fez da linguagem na estruturação da sua narrativa. O modo como a autora construiu as suas estratégias narrativas revela muito da sua postura contestadora. Em textos acadêmicos, marcados pela formalidade, Lélia transportou o falar cotidiano e conseguiu estruturar uma narrativa escrita com características da fala. O que não significou a ausência de um rigor acadêmico. Lélia usava expressões como “e gente sabe”, “algumas escritazinhas próprias”, e expressões que soam atualmente como politicamente incorretas: a “negrada”, o “criolêu”, “o mulherio” entre muitos outros termos (BARRETO, 2005, p.33)

Havia a preocupação em escrever sobre os problemas de raça e gênero no país em uma linguagem acessível aos movimentos populares, uma escrita para além dos textos da academia. Que reconhece a presença do negro enquanto sujeito do processo de construção da língua do país.

O Brasil, dizia Lélia, não falava português, mas “pretuguês”, ressaltando a relevância de se reconhecer a influência dos povos de matriz africana em nossa história e a relação desses povos com a língua falada e escrita. A colonização portuguesa se fez com a destruição da língua dos povos colonizados e a imposição da linguagem do colonizador como forma de afastamento das raízes e inferiorização dessas outras culturas. Assim reconhecer a influência de diversos idiomas, especialmente os de matriz africana, na formação da língua portuguesa é visibilizar esse processo de choque cultural.

“Pretuguês” é a marca da africanização presente na língua portuguesa falada no Brasil, que se manifesta pelo caráter tonal e rítmico da fala e a ausência de algumas consoantes nas línguas africanas, tais como o l e o r, produzindo um modo de falar específico, um português dos “pretos”, mais uma contribuição dos povos negros na formação histórico-cultural brasileira (GONZALEZ, 1988). Como ressalta Lélia, as variantes linguísticas dos povos de matriz africana, que influenciaram no modo de pronunciar o português, é um tema pouco explorado no Brasil, e a forma de falar dos negros muitas vezes é utilizada como mais um instrumento de inferiorização.

De forma precursora, traz em seus textos uma reivindicação pelo “lugar de fala” das mulheres negras e ressalta a relevância de se garantir esse lugar. Nas palavras de Lélia “Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (*infans*, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa” (GONZALEZ, 1984, p.225).

Essa perspectiva cognoscente feminista negra possibilita a construção dos saberes, a partir de um outro ponto de vista, um outro olhar, diverso da perspectiva situada nos locais de domínio e privilégio, trata-se do lugar de fala e lugar social, das mulheres negras, pautado na interseccionalidade.

Lélia faleceu em julho de 1994 em razão de um infarto de miocárdio, meses depois de assumir a direção do departamento de Sociologia da PUC do Rio de Janeiro (BARRETO, 2005), e deixou um grande e relevante arcabouço teórico e de pesquisas.

Enquanto uma das mais importantes pensadoras negras da história do nosso país, ela rompeu com os paradigmas formais da escrita, construiu novos conceitos e reinterpretou antigos, deixou um pensamento que reverbera e se faz presente na luta e resistência das mulheres negras do país. Há em sua construção epistemológica um rompimento com as concepções até então vigentes, que seja pela criação de novos conceitos, tais como,

amefricanidade e pretuguês, quer seja, na forma como ela interpretava e compreendia os saberes vigentes no país e sua utilização na reafirmação do racismo e sexismo.

Conhecer teóricas do pensamento feminista negro, e especialmente, o pensamento de Lélia Gonzalez, é uma prática relevante, para o combate ao epistemicídio colonial, enfrentamento ao racismo e sexismo, e para a construção de epistemologias libertárias.

### 3. Conclusões

O presente artigo teve por escopo analisar importantes rupturas teóricas, epistemológicas e sociais, do pensamento feminista no Brasil, enquanto instrumento de enfrentamento ao epistemicídio eurocêntrico, e para a construção de práticas sociais antirracistas, antissexistas e efetivação de direitos fundamentais.

O pensamento feminista negro rompeu com os paradigmas universalizantes, das epistemologias eurocêntricas e coloniais, trazendo visibilidade aos saberes e ativismos sociais das mulheres negras. Construído, a partir de um lugar social insurgente, mostra um novo ponto de vista nas ciências e epistemologias, produzidos a partir das interseccionalidades de gênero, raça e classe.

Em suas diferentes vertentes, o feminismo negro tem como objetivos enfrentar as opressões racistas e sexistas, possibilitando às mulheres negras, a livre formação da identidade étnica e a consciência política acerca das violências sofridas. Visa ainda, combater o epistemicídio eurocêntrico colonial, que invisibilizou o conhecimento intelectual produzido pelas mulheres negras, forjando uma histórica única sobre a feminilidade e uma narrativa de submissão, passividade e inferioridade intelectual pautada em uma hierarquia de gênero, raça e classe.

Foi com esse objetivo precípuo que o artigo apresentou a trajetória de vida e obra de Lélia Gonzalez, uma das pensadoras brasileiras, mais relevantes, para a compreensão do pensamento feminista negro e suas conquistas teóricas, políticas e sociais. Lélia marcou enquanto intelectual, deixando um legado de estudos, pesquisas e teorias, de grande relevância para diferentes áreas das ciências, a exemplo, dos estudos acerca das interseccionalidades de gênero, raça e classe, a amefricanidade, o pretuguês, e outros temas relevantes.

Marcou ainda pelo seu ativismo social, uma vez que em uma perspectiva feminista negra, não há como cindir teorias e ativismos, e Lélia é um símbolo dessa confluência. Uma das principais participantes e fundadoras do movimento negro unificado (MNU) e do Coletivo

feminista negro, Nzinga, sua militância marcou posições, influenciou no surgimento de pautas e demandas específicas do feminismo negro, e foi, um instrumento a mais, para a efetivação e conquistas de direitos para a população negra no Brasil.

É possível assim concluir, que a epistemologia feminista negra, aqui representada por meio do pensamento de Lélia Gonzalez, é um importante instrumento acadêmico, científico, político e social, de enfrentamento as desigualdades de gênero, raça e classe, possibilitando a construção de uma efetiva democracia social e cultural para a sociedade brasileira.

### Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Ceila Sales de. *Feminismo negro: luta por reconhecimento das mulheres negras no Brasil*. 1ª ed. Belo Horizonte: dialética. 2020.

BAIROS, Luiza. *Lembrando Lélia Gonzalez: 1935-1994*. Revista Afro-Asia. N.23. Universidade Federal da Bahia. Centro de Estudos Afro-orientais. Salvador: 2000. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20990>>. Acesso em: 20.01.2020.

BARRETO, Raquel de Andrade. *Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Ângela Davis e Lélia Gonzalez*. Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. 2005.

CARNEIRO, Sueli. *A construção doutro como não ser como fundamento do ser*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo. 2005. Disponível em: <[https://docs.google.com/file/d/0B2\\_ZK-qR9WEKYjcxNDk0Y2ItOTYxYS00ZDQwLWE2ZDYtZDFmNGI0MGRmNzJk/edit?hl=pt\\_BR&pref=2&pli=1](https://docs.google.com/file/d/0B2_ZK-qR9WEKYjcxNDk0Y2ItOTYxYS00ZDQwLWE2ZDYtZDFmNGI0MGRmNzJk/edit?hl=pt_BR&pref=2&pli=1)>. Acesso em: 10/03/2020.

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólen Livros. 2019.

CRENSHAW, Kimberle. *A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero*. Revista de estudos feministas. N.01. 2002. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>. Acesso em: 06.02.2020.

COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Trad. Jamile Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo. 2019.

DAVIS, Ângela. *Mulher, raça e classe*. Tradução livre. Plataforma Gueto. 2013.

DAVIS, Ângela. *Conferência Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo*. Conferência na íntegra do evento realizado no Salão Nobre da Reitoria da UFBA em

25 de julho de 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=waCyuZZap9I>>. Acesso em junho de 2021.

DIOP, Cheikh Anta. *A unidade cultural da África Negra: esferas do patriarcado e do matriarcado na Antiguidade Clássica*. Tradução: Sílvia Cunha Neto. Portugal: edições Pedagogo. 2014.

GOMES, Nilma Lino. *Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira*. In.: Epistemologias do Sul. Org. Boa Ventura de Souza Santos; Maria Paula Meneses. Almedina: Coimbra. 2009.

GONZALEZ, Lélia. *A categoria político cultural de Amefricanidade*. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, N°. 92/93 (jan./jun.). 1988. p. 69-82. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/40454>>. Acesso em: 25/04/2022.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: marco zero. 1982.

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na Cultura brasileira*. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HONNETH, Axel. *Lutas por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: editora 34. 2003.

SANTOS, Antônio Bispo. *Colonização, quilombos, modos e significados*. INCTI/UNB: Brasília. 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. Coimbra. Almedina: 2009.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacelar. *Da crítica feminista à ciências, a uma ciência feminista*. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6875/1/Vers%C3%A3o%20Final%20Da%20Cr%C3%ADtica%20Feminista.pdf>>. Acesso em: 15/05/2022.

VELASCOS, Mercedes Jabardo. *Feminismos negros: una antología*. In: Introducción construyendo puentes: em dialogo desde / com el feminismo negro. Madri: Traficantes de sueños. 2012.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Tradução de Dias, Jamille Pinheiro Dias; Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora. 2020.

## **Autodefinición, conciencia política y ética social: el pensamiento negro feminista de Lélia Gonzalez**

### **Resumen**

Las mujeres negras, dentro del proceso de epistemicidio colonial, fueron excluidas e invisibilizadas, como productoras de epistemologías y conocimientos, especialmente en el universo académico-científico. Pero, incluso frente a las opresiones interseccionales impuestas por las ideologías racistas y patriarcales, construyeron un pensamiento político específico, colectivo, dirigido a superar las negaciones de derechos y la opresión, basado en la autodefinición y el empoderamiento colectivo. En Brasil, el pensamiento feminista negro ha operado desde el inicio de la dominación colonial, construyendo resistencias, teorías y luchas. A partir de este contexto, el problema principal de este artículo es analizar las categorías del pensamiento feminista negro, la autodefinición y el empoderamiento, a partir del legado intelectual y el activismo de Lélia Gonzalez. Como objetivos específicos, aborda el pensamiento feminista negro, las categorías analíticas teóricas de autodefinición y empoderamiento, y sus reflexiones sobre la trayectoria del feminismo negro en Brasil y, finalmente, la trayectoria de vida y pensamiento de Lélia Gonzalez. La metodología utilizada es la investigación bibliográfica cualitativa, aforreferenciada. Es un tema con relevancia teórica y social, ya que presenta un pensamiento académico-científico en sesgo decolonial, así como bases para la construcción de prácticas antirracistas y antisexistas.

Palabras clave: reconocimiento; interseccionalidad; género; raza; activismo

## **Auto-définition, conscience politique et éthique sociale : la pensée féministe noire de Lélia Gonzalez**

### **Résumé**

Les femmes noires, dans le processus d'épistémicide colonial, ont été exclues et rendues invisibles, en tant que productrices d'épistémologies et de connaissances, en particulier dans l'univers académique et scientifique. Mais, même face aux oppressions intersectionnelles imposées par les idéologies racistes et patriarcales, ils ont construit une pensée politique spécifique, collective, visant à surmonter les dénis de droits et l'oppression, basée sur l'autodéfinition et l'autonomisation collective. Au Brésil, la pensée féministe noire opère depuis le début de la domination coloniale, construisant des résistances, des théories et des luttes. Dans ce contexte, la problématique principale de cet article est d'analyser les catégories de la pensée féministe noire, l'autodéfinition et l'empowerment, à partir de l'héritage intellectuel et de l'activisme de Lélia Gonzalez. Comme objectifs spécifiques, il aborde la pensée féministe noire, les catégories analytiques théoriques d'auto-définition et d'autonomisation, et leurs réflexions sur la trajectoire du féminisme noir au Brésil, et enfin, la trajectoire de vie et de pensée de Lélia Gonzalez. La méthodologie utilisée est la recherche bibliographique qualitative, afro-référencée. C'est un thème à pertinence théorique et sociale, puisqu'il présente une pensée académique-scientifique dans un parti pris décolonial, ainsi que des fondements pour la construction de pratiques antiracistes et antisexistes.

Mots clés : reconnaissance ; intersectionnalité; genre; élever; activism

## **Self-definition, political awareness and social ethics: the black feminist thinking of Lélia Gonzalez**

### **Abstract**

Black women, within the process of colonial epistemicide, were excluded and invisibilized as producers of epistemologies and knowledge, especially in the academic-scientific universe. But even in the face of intersectional oppressions imposed by racist and patriarchal ideologies, they built a specific, collective, political thought, aimed at overcoming the denial of rights and oppression, based on self-definition and collective

empowerment. In Brazil, the black feminist thought has acted, since the beginning of colonial domination, building resistance, theories and struggles. The main problem of this article is to analyze the categories of Black feminist thought, self-definition and empowerment, based on the intellectual legacy and activism of Lélia Gonzalez. As specific objectives, it addresses black feminist thought, the theoretical analytical categories of self-definition and empowerment and their reflections on the trajectory of black feminism in Brazil, and finally, the trajectory of the life and thought of Lélia Gonzalez. The methodology used is a qualitative, afroreferenced bibliographical research. This is a theme with theoretical and social relevance, since it presents an academic-scientific thought in a decolonial perspective, as well as foundations for the construction of antiracist and antisexist practices.

Keywords: recognition; intersectionality; gender; race; activism.